



**SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**Ata da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de
Florestas Públicas**

Às 9h00, do dia 28 de maio de maio de 2014, no Edifício Sede do CENAFLO, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas/MMA, Presidente da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Roberto Brandão Cavalcanti (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Marcus Vinicius da Silva Alves (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Elisabeth Ivete Sherrill (Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação - MCTI), André Marques de Almeida Pessoa (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA), Fabiano Chaves da Silva (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG), André Sócrates de Almeida Teixeira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA), Carlos Eduardo Portella Sturn (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), Carlos Alberto Ramos Ansarah (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), Antônio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA), Onilson Pereira Costa (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA), Ricardo Tamanho (Confederação Nacional de Indústria - CNI), Dericky Pantoja Martins (Confederação Nacional de Indústria - CNI), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais - SBEF), Maurício de Almeida Voivodic (Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais - FBOMS), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais - FBOMS), José de Arimatéia Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC), Murilo Machado Chaiben (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC).

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas/MMA) – Diz que a CGFLOP é um dos órgãos mais importantes do sistema público, já que a maior floresta tropical do mundo está no Brasil. Afirma que o objetivo dessa Comissão, que representa os atores mais importantes do setor, tanto dentro como fora do Governo, é contribuir para a formulação e na identificação de estratégias para o setor florestal. Fala sobre o ciclo político e suas restrições, mas afirma que não se aplicam, na sua maioria, às atividades da CGFLOP, além disso, o seu funcionamento é extremamente transparente e organizado. Relata que o Brasil tem uma situação diferente da maioria dos países, pois a nova lei florestal estabeleceu exigências de norte a sul sobre a cobertura florestal nas propriedades particulares. Diz que a manutenção desse sistema só será possível se houver uma estratégia florestal ativa. Fala sobre o Seminário: uso econômico das

espécies nativas raras e ameaçadas de extinção, que acontecerá na Semana do Meio Ambiente, cujo objetivo é demonstrar que o fato das espécies serem raras e ameaçadas de extinção não implica que possam ter um uso econômico. Diz que qualquer uso econômico deve ser associado a uma estratégia de recuperação e de preservação. Diz que o Ministério está reorganizando os pontos focais para a Agenda Florestal. Comenta sobre a pauta da reunião e diz que o Lidar é uma tecnologia absolutamente fantástica e relativamente barata, porque ao invés de ser via satélite é embarcado em aeronaves.

O SR. CARLOS EDUARDO (Inkra) – Diz que o Incra tem uma participação e uma responsabilidade muito grande em relação às florestas públicas, são cerca de dezessete milhões de hectares de florestas em pé dentro do assentamento da Reforma Agrária, na Amazônia. Fala que o desmatamento nessas áreas é incontestável, por isso o Incra vem trabalhando em estratégias para combatê-lo. Criou-se, em novembro de 2012, o Programa Assentamentos Verdes, com quatro eixos: regularização ambiental e fundiária, recuperação ambiental, monitoramento e controle e valorização de ativos ambientais. Fala sobre o processo de valorização de ativos ambientais, onde o Serviço Florestal é parceiro, com o objetivo de apoiar na elaboração de planos de manejo e dos planos de desenvolvimento dos assentamentos. Resulta que não obteve-se avanço nesse acordo por falta de assistência técnica contratada nos projetos de assentamento da regional do Incra de Santarém.

O SR. ONILSON COSTA (Anamma) – Diz que acompanhou a primeira concessão de floresta pública no Brasil, em Jamari, e que é clara a mudança na maneira da exploração.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) - Submete ao colegiado a ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas para aprovação. A Ata foi aprovada.

1º TEMA DE PAUTA: PANORAMA ECONÔMICO DO SETOR FLORESTAL

O SR. ANDRÉ ANDRADE (GERENTE EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO/SFB) – Realiza a apresentação sobre o Panorama econômico do setor florestal disponível no site do SFB.

O SR. FABIANO CHAVES (MPOG) – Parabeniza a apresentação. Diz ser muito interessante esse tipo de informação e sugere que seja divulgada. Juntamente com o PAOF poderia direcionar melhor a atuação, tanto dos atores que participam do CGFLOP, como dos atores externos do CGFLOP, que podem contribuir com o processo de concessão.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Parabeniza a apresentação. Diz ser dados econômicos fundamentais para serem apresentados nessa Comissão, uma vez que a compreensão dessa política de uma forma macro pode contribuir para elaboração de políticas estratégicas para o setor. Pergunta quanto que a madeira de nativos por madeira plantada representa em termos de substituição de produtos de madeiras nativas? O que isso representa em termos de combate à ilegalidade?

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fboms) – Parabeniza a apresentação. Diz ser muito importante a apresentação do panorama econômico do setor nessa Comissão. Pergunta qual foi a

fonte utilizada em relação à produção e qual e a diferença entre as razões de ganho de produtividade de 7 para 13, que quase dobrou, e as razões para o aumento relativo no número de empregos. Diz que seria muito interessante a inclusão dos dados das concessões florestais estaduais.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Diz que, atualmente, as informações só são divulgadas em nível gerencial, mas que estão sendo consolidadas para serem publicadas ao público externo. Diz que a fonte utilizada é a Pesquisa de Extrativismo Vegetal e Silvicultura/IBGE. Relata que o sistema de informações econômico florestal é muito escasso e o objetivo é justamente trabalhar para estruturá-lo. Fala que a razão de produtividade é um dado que precisa de mais investigações, mas que vem sofrendo mudanças, em virtude da própria estruturação das concessões.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Complementa dizendo que em relação à divulgação dessas informações o Serviço Florestal está em processo de validação dos boletins: panorama do setor florestal e concessões federais. O objetivo é transformá-los em um boletim formal a serem divulgados no site do SFB. Diz que a CGFLOP trabalha em âmbito federal e que, infelizmente, não contamos com a colaboração dos órgãos estaduais e dos Estados, para o aporte de informações do Sistema Nacional de Informações Florestais e que as concessões estaduais não dependem do Serviço Florestal.

O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (Abema) – Fala sobre a cronologia, referindo-se ao fato de a Lei ser de 2006 com regulamentação em 2007 e só termos efetivamente concessão a partir dos anos 2008, 2010, 2013 e agora 2014, possuindo uma lacuna nos demais anos. Fala que é imprescindível que haja uma política de implementação cada vez mais intensa, de desenvolvimento da atividade florestal baseada na floresta nativa. Afirma que em relação à dificuldade de informações estaduais, no caso particular do Amazonas nunca realizamos concessão florestal.

A SR^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) - Parabeniza a apresentação. Diz que o panorama econômico é muito importante para o entendimento da questão florestal e para traçar estratégias que sejam realmente eficazes. Diz ser interessante correlacionar as transições dentro do setor florestal. Pergunta como as áreas das florestas plantadas aumentaram ao longo do tempo? Em relação ao setor de papel e celulose, há manejo? Que tipo de emprego é ofertado, do ponto de vista social? A madeira exportada é certificada?

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Responde que em relação às Concessões trata-se de um processo de aprendizagem, pois é um modelo de negócio único no mundo e por não haver outros casos onde o SFB possa utilizar como base para construir suas metodologias. Diz ser possível melhorar a viabilidade econômica aperfeiçoando os editais.

A SR^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) – Questiona sobre a produtividade.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Responde que houve um aumento da área de floresta plantada e a produtividade nessa área é maior do que a média mundial. Diz que na década de 90 o principal mercado era a celulose, e ele continua sendo, em torno de 65% da produção vai para celulose e que hoje praticamente 100% das florestas plantadas são privadas, e estão concentradas na região centro-sul do País, utilizam áreas já desmatadas consolidadas. Sobre a

monocultura, diz ser importante perceber que existem impactos econômicos e ambientais, mas que também geram benefícios sociais. Destaca que não é apenas a certificação responsável por autorizar e facilitar o acesso a mercados. Existem regulamentações internacionais que dão acesso ao mercado que não tem necessariamente relação com certificações.

A SR^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) – Pergunta se a procedência na verdade é uma certificação? Certificação em sentido amplo.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Responde que a garantia da procedência da concessão florestal é 100%, ou seja, consegue identificar a madeira desde o ponto da coordenada em que está sendo retirada da floresta, até a madeira processada.

O SR. ANDRÉ TEIXEIRA (Ibama) – Diz existir muitos dados de sistema de controle florestal, como o DOF (Documento de Origem Florestal), Sisflora (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais). Comenta que em relação à floresta plantada existe uma grande dificuldade de se obter informações e que a partir desse ano os silvicultores estão obrigados a ter o Cadastro Técnico Federal e apresentar um relatório de atividades anualmente.

O SR. MURILO MACHADO (MDIC) – Parabeniza a apresentação. Diz ser um tema muito importante para fins econômicos, principalmente para o MDIC. Diz ser importante analisar o porquê do aumento do preço médio da tora depois do processamento, acredita que sejam basicamente custos logísticos. Questiona o fato da madeira tipo Angelim pedra ter tido um aumento tão expressivo no mercado internacional. Salienta ser importante saber se isso ocorreu porque esta sendo introduzido em alguns países e se estava com potencial de produção. Ressalta a importância da agregação de valor a nível local.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fboms) – Diz que em termos de certificação, o Brasil possui dois tipos de certificação florestal vigentes: FSC (Forest Stewardship Council) e o CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal). De todas as concessões na Amazônia um pouco menos de 20% é certificada pela FSC, que é o sistema internacional mais reconhecido. Destaca que na última reunião do CGFLOP foi discutido o sistema de cadeia de custódia para a madeira de concessão, para estimular o mercado doméstico da madeira de concessão. Essa implementação é de suma importância visto ser necessário a rastreabilidade. Diz ser algo emergencial e simples de ser resolvido, pois o INMETRO possui uma norma de certificação de cadeia de custódia pelo CERFLOR. Assim não é necessário passar por todo processo de desenvolvimento de normas, de certificação, já que elas já existem, sendo necessário apenas a incorporação da origem da concessão, para iniciar o rastreamento.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Diz que o Serviço Florestal utiliza o DOF. Concorda com a importância da agregação de valor a nível local, ou seja, desenvolvimento de polos. Isso é fundamental para geração de renda, de empregos para as populações locais.

2º TEMA DE PAUTA: PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL 2015

O SR. MARCOS ALEXANDRE BAUCH (Coordenador da Gerência Executiva de Planejamento Florestal /SFB) – Realiza a apresentação sobre o PAOF 2015 disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Destaca que a CGFLOP é o órgão de natureza consultiva do SFB e tem por finalidade manifestar-se sobre a minuta o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF).

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Parabeniza o Serviço Florestal pelo avanço e melhoria da elaboração do PAOF, que tem cada vez mais cumprido seu o objetivo. Destaca a importância das alterações realizadas no PAOF 2014, com a inclusão de dados sobre contratos assinados e as unidades de manejo em produção, que foi uma sugestão da Comissão. Sugere a inclusão de informações sobre áreas passivas, aptas a serem concedidas.

O SR. ARIMATÉIA (SBPC) – Diz que historicamente a produção florestal em números na Amazônia vem sendo reduzida a cada década, em 1970, era cento e vinte milhões de metros cúbicos. Na década seguinte, nos anos oitenta reduziu para sessenta milhões. Agora nós estamos com quatorze milhões, e acredito que essa será a tendência. Essa situação é preocupante. Diz que as concessões estão passando por um período de aprendizagem, sendo necessário dá escala para esse processo. Caso isso não ocorra o instrumento será desmoralizado. Faz um balanço institucional das concessões florestais nos estados da Amazônia: o Acre, foi o pioneiro, faz gestão direta, tem quatro florestas estaduais, mas nenhuma concessão. O Estado do Amazonas estava tentando estruturar o órgão que é responsável por fazer a concessão. A concessão está a cargo da ADS, Agência de Desenvolvimento Florestal, que na realidade é uma estrutura para fomentar negócios. Possuem a lei, mas não tem a estrutura na instituição responsável. O Estado do Pará possui um órgão específico para cuidar de concessões, Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), porém nenhuma concessão foi realizada até o momento. O Estado do Amapá tem a maior floresta estadual do Brasil, dois milhões e trezentos mil hectares, dezesseis e meio por cento do território do Amapá é a floresta estadual, e está em processo para realizar a primeira concessão. Diz que o Amapá já possui a Comissão de Gestão de Florestas Públicas Estadual e o PAOF, mas como não tem o Plano de Manejo da Flota aprovado ainda, está realizando adaptação para encaminhar essa demanda ao Serviço Florestal. Afirma que os Estados querem realizar concessões, mas precisam de um apoio por parte Serviço Florestal. Sugere, que para o próximo PAOF, a transformação de todos os preços em preços reais. Diz ser necessário um aprofundamento nos estudos sobre a cadeia produtiva.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fboms) – Parabeniza o Serviço Florestal pela revisão realizada no formato do PAOF. Concorde com a necessidade de aumentar da escala das concessões. Ressalta a importância de inserir dados estaduais ao PAOF. Destaca que a madeira de desmatamento, madeira ilegal, chega ao mercado com o mesmo status da madeira de concessão. No mercado final não há diferença. Acredita que os grandes compradores, principalmente no mercado doméstico podem ser incentivadores das concessões florestais, ao dá preferência por madeira legal. Diz que estamos correndo o risco de perda de interesse do setor privado pelas concessões, na medida em que as atuais concessionárias não encontram vantagens no mercado, e continuam competindo com a madeira ilegal. Destaca a importância de um sistema de cadeia de custódia que identifique a madeira de concessão florestal

O SR. RICARDO TAMANHO (CNI) – Diz que os empresários veem o processo de concessão como uma forma de combater a ilegalidade e que hoje a ilegalidade está fomentada pela falta de ofertas de áreas titularizadas, regularizadas, de falta de mecanismos de transparência. Acredita que a concessão vem para trazer a visão inversa, abrir as informações, dá mais responsabilidade para o concessionário, e que isso venha transparecer para o consumidor final. Diz que a concessão é o único meio para combater a ilegalidade,

A SR^a. CAMILA OLIVEIRA (CNI) – Pergunta como esta o processo de implementação do sistema de rastreabilidade da madeira e sobre o mapeamento do potencial energético da biomassa florestal de todos os biomas, temas que foram tratados na última reunião dessa Comissão. Diz que a CNI possui um Sistema Indústria e que IEL (Instituto Euvaldo Lodi) tem o setor de pesquisa com os todos os setores produtivos, sugere a interação do Serviço Florestal com esse sistema. Em relação à apresentação dos dados econômicos, questiona, por que não realizar por bioma?

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Diz que em relação ao monitoramento e rastreabilidade teremos uma apresentação do Lidar, como uma ferramenta que está sendo avaliado para monitoramento. Isso é uma prioridade do Serviço Florestal. Concorde com a necessidade de dar escala para as concessões. Diz que o Serviço Florestal assinará dois novos contratos, em Crepori, alcançando quatrocentos e oitenta mil hectares sob contratos, e que ainda temos o edital da Floresta Nacional de Altamira, que contemplará mais trezentos e sessenta e um mil hectares. Relata que um dos maiores obstáculos na contratação por parte do setor privado, não está no interesse, mas sim na incapacidade de contratação com a administração pública. Diz que a capacidade do SFB de apoio e de suporte às Unidades da federação é limitada. Destaca que Serviço Florestal possui interesse apoiar, prestar todo auxílio, e transferir da forma mais aberta e transparente possível, a experiência que foi acumulada durante esse curto espaço de tempo, com as concessões florestais.

3º TEMA DE PAUTA: SISTEMA DE CADEIA DE CUSTÓDIA DAS CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS

O SR. JOSE HUMBERTO CHAVES (Gerente de Monitoramento Florestal/SFB) – Realiza a apresentação sobre o sistema de cadeia de custódia das concessões florestais federais, disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) - Diz ser relevante a apreciação preliminar, pela Comissão, dos aspectos mais importantes relacionados as consultas e audiências públicas, para realização das concessões florestais. Assim os dois pontos mais sensíveis dos editais são a área e o preço mínimo. Conforme apresentado, o manejo da Floresta Nacional de Caxiuanã foi aprovado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Informa que o preço mínimo foi validado por meio de um estudo de viabilidade econômica de fluxo e de caixa.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Pergunta se o ponto centroide seria usado como distância para o centro processador?

O SR. LUIZ CÉSAR LIMA (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que não. Explica que a distância é calculada a partir da distância da UMF. Diz que a centroide é utilizada pelo Serviço Florestal para determinar o centro da Unidade de Manejo Florestal e a distância é calculada a partir do limite da UMF até o centro processador.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Fala que a Resolução 25 determina que é do limite da UMF até o primeiro centro processador. Pergunta qual é o ponto de limite utilizado, tendo em vista, que existem áreas de formatos irregular e se é em linha reta.

O SR. LUIZ CÉSAR LIMA (Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que o ponto de limite é o mais próximo e em caminho real.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Fala que o Serviço Florestal leva em consideração todas as variáveis e obedece a Resolução 25. Limite mais próximo pelas vias de escoamento.

O SR. RICARDO TAMANHO (CNI) – Observa que nos últimos editais a linha de baliza de preço estava alta. Coloca que quem tem que estipular a linha superior é o mercado. Como as bonificações são todas baseadas até o limite mínimo do edital, poderá desmotivar os indicadores de bonificação. Critica a unificação do preço, informando que este é um caminho que prejudica a diversidade de espécies exploradas. Solicita a reavaliação da Comissão.

O SR. LUIZ CÉSAR LIMA (Serviço Florestal Brasileiro) – Fala que ainda não está definido o percentual de bonificação que vai ter no edital.

O SR. RICARDO TAMANHO (CNI) – Observa que ao colocar o preço de setenta e cinco, poderá desmotivar os indicadores qualitativos. Fala que a Comissão deve preocupar-se em fazer o manejo da melhor forma possível, melhorando o impacto e com qualidade.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que a solicitação de utilização de preço único foi uma reivindicação do setor empresarial, pois o preço por grupo, sempre foi colocado pelo setor produtivo como um problema, tanto na fase inicial de proposta, quanto na operação. Esclarece ainda que existe uma metodologia para o seu cálculo e sua utilização, ressaltando que trata-se de um preço definido por uma coleta de preços num raio de 150 Km na região da floresta pública. Acrescentou ainda que o Governo tem o papel de indutor e promotor no estímulo a ampliação da diversidade de espécies, contudo não assume uma postura de intervenção por meio da regulação. Complementou dizendo que o SFB quer usar da regulação como mecanismo de promoção de políticas públicas, na direção da valorização do ativo florestal.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Ambiental) – Agradece a apresentação e faz questionamentos sobre a área de manejo comunitário

definida nos Planos de Manejo das Florestas Públicas, sobre a existência de conflito ou algum questionamento quanto a essa definição da zona de população. Acrescenta que o interesse da FBOMS é discutir os possíveis conflitos sociais que venham a surgir por conta da concessão, no sentido de contribuir com reflexões sobre a dinâmica social dessa região.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Esclarece que a concessão em Flonas só tem início após a aprovação do Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Para que isso ocorra são elaborados vários estudos de natureza socioambiental, como mapeamento das populações que encontram-se no seu interior e entorno. No caso específico da Floresta Nacional de Caxiuanã essa área é pesquisada pelo Instituto Emílio Goeldi há muitos anos. O Instituto Chico Mendes quando da construção do Plano de Manejo não fez nenhuma indicação de conflito social no âmbito da FLONA. Essa apresentação para a Comissão tem a intenção de comunicar a CGFLOP que vamos dar início ao processo para construção de um edital, para licitação em três áreas, para a concessão na Floresta Nacional do Caxiuanã. Isso também permite que as comunidades, e a sociedade local tenham uma nova oportunidade de conhecer e participar do processo, tornando-o mais informativo e transparente.

O SR. RICARDO TAMANHO (CNI) – Complementa que não está contra a metodologia do preço mínimo, pois entende que o mercado deve regular o preço, entretanto se preocupa com a desvinculação dos bonificadores do preço mínimo o que na sua opinião é o que premia as boas práticas de manejo. Acredita que essa política de preço mínimo leva os empresários a decisão de concentração de espécies a serem exploradas.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) - Esclarecendo ainda as questões referentes ao preço, indica que os setenta e cinco está longe de ser considerado alto, uma vez que as análises e a metodologia adotada apontam a possibilidade o preços bem mais altos. A margem está muito razoável. Os bonificadores incidem não é no preço, e sim no ágio. Ou seja é na diferença entre o preço mínimo e o que é efetivamente apresentado na proposta do licitante. Além do mais há limite para bonificação. No âmbito federal tem um conjunto de regras que não permite necessariamente o acúmulo integral de todas as possibilidades de bonificação. Acrescenta que a concessão é uma parceria entre um ente público e um ente privado, em que as duas partes têm que estarem confortáveis, e usufruindo de forma isonômica daquela parceria. Além disso, o SFB tem procurado sempre que possível e sempre que as questões legais permitem, avançar e nos aproximar da realidade da operação florestal.

Informou que o SFB está fazendo uma modelagem que pode ser considerada o estado da arte da modelagem da concessão florestal no mundo, com o IFC, que é o braço financeiro do Banco Mundial, e que é a instituição que tem maior experiência em modelagem de concessões no mundo. Essa é a primeira experiência com o setor florestal, e o que está sendo desenvolvido é a modelagem para concessão nas Flonas de Itaituba I e II. Essa modelagem traz o componente do negócio de uma forma destacada.

O SR. ARIMATÉIA (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) – Informa que a Floresta Nacional de Caxiuanã tem um duplo simbolismo histórico. Primeiro fala que a Floresta Nacional foi a primeira criada na Amazônia e segundo que é a única floresta nacional que foi criada em um regime parlamentarista.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação do Gerente Luiz César Lima e informa o próximo ponto da pauta: Avaliação da utilização da tecnologia lidar para o planejamento e monitoramento das operações em concessões florestais.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Apresenta-se informando que é Gerente de Monitoramento e Auditorias do Serviço Florestal Brasileiro. Será feita uma apresentação do LIDAR no contexto do monitoramento. O SFB vem trabalhando na definição de procedimentos e rotinas de monitoramento e para isso estamos fazendo uso diversas de tecnologias. O SFB conta com o sistema de cadeia de custódia desde o início das concessões e atualmente estamos aprimorando esse sistema para que ele possa ser usado na fase pós-processamento por meio de um marcador eletrônico. Outras tecnologias estão sendo estudadas visando melhorar a capacidade de monitoramento dos danos causados na floresta, inerentes a atividade florestal. Nossa estratégia é trabalhar essas soluções em parceria com o concessionário, pois não adianta apenas atender ao SFB do ponto de vista de gestão do contrato se não for uma ferramenta fácil de ser utilizada. Além disso, adotamos a estratégia de capacitação junto aos concessionários, formação de mateiros, cursos de estradas que serão gradativamente apresentados aqui. Estão sendo testadas por nós outras tecnologias como o radar aerotransportado. O Sr. CHARTON, Analista Ambiental do SFB, fará a apresentações sobre o LIDAR.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Pede para que a apresentação seja postergada até o retorno do Secretário Roberto Cavalcanti e aproveita para retomar as questões levantadas pelo Sr. Maurício Voivodic no período da manhã, uma vez que o José Humberto, Gerente de Monitoramento e responsável pelas questões relacionadas à rastreabilidade está presente.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Ambiental) –

Agradece a oportunidade de falar mais sobre o tema. Acha interessantes os sistemas que envolvem mecanismos tecnológicos (chip, código de barras). Mas acredita que tem outras formas de alcançar o objetivo de identificar a madeira que vem de concessão florestal no mercado e que pode estar muito próximo para acontecer. Fala sobre o processo de acreditação no INMETRO, para fazer o AFI – Auditoria Florestal Independente prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas. Entende que à medida que se criar um mecanismo para identificar madeiras que vem de concessões da indústria para frente, cria-se oportunidades para agregar valor para criar diferenciação. Informa que não precisa identificar com selo, você pode ter uma identificação na nota fiscal, alguma coisa no código do lote, ou até envolver as indústrias para ver qual é a melhor forma de fazer a identificação, mas o importante é os grandes compradores terem interesse em saber qual madeira vem de concessão, o que hoje eles não conseguem.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Concorda que procedimento de cadeia de custódia na certificação já é realidade. Explica porque o Serviço Florestal colocou isso como uma obrigação contratual. Informa que à medida que se tem um

sistema de controle da cadeia de custódia que entra no detalhe do produto, facilita o monitoramento daquilo que está sendo transacionado. Fala que o controle estadual deve ser mais detalhado. Explica que o Serviço Florestal possui experiência de um sistema de cadeia de custódia, da floresta até a indústria. Diz que o Serviço Florestal está bem avançado no quesito tecnologia nas concessões florestais. E que a fase é de desenvolvimento da lógica do sistema, já incorporando o aspecto da serraria, em duas fases: lógica do sistema e a entrada da marcação eletrônica. Informa que será feito num processo passo a passo, para evitar necessidade de ajustes muito severas em relação à parte que se chama de aplicação móvel, que são os usos de coletores, e que exige um certo investimento. Isso sem perder de vista a necessidade de minimizar ao máximo os custos de implementação.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Ambiental) – Pergunta se o processo que está sendo desenvolvido vai permitir uma identificação no produto final, na madeira processada.

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que sim. Explica como utilizarão o sistema universal.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Relata que é fundamental ter novos procedimentos, ferramentas mais efetivas que tragam mais informações e que substituam as atuais presentes nos órgãos de controle. Deve-se pensar em efetividade.

O SR. MARCUS VINICIUS (Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a colocação do senhor Derick Martins e solicita prosseguimento as apresentações com LiDAR

4º TEMA DE PAUTA: POTENCIAL DO LiDAR NO PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS.

O SR. CHARTON LOCKS (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditorias florestais/SFB) – Realiza a apresentação sobre o Potencial do LiDAR no planejamento e monitoramento das concessões florestais, disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece a apresentação e abre o debate para comentários.

A Sr.^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) – Acha interessante a apresentação e questiona se fizeram em conjunto Serviço Florestal Americano.

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal) – Informa que o dado foi coletado com o apoio do Serviço Florestal Americano, para um projeto iniciado pela Embrapa Sensoriamento Remoto (quem lidera o citado projeto é o cientista Michael Keller). Informa que o senhor Michel Keller realizou sobrevoo Lidar de várias parcelas da Amazônia, inclusive, algumas dentro das flonas que o Serviço Florestal tem concessão.

A Sr.^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) – Pergunta se eles cederam equipamentos?

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal)
– Informa que não, e explica que foram cedidos dados brutos, além de treinamento no software desenvolvido no Serviço Florestal Americano para o processamento de dados Lidar.

A Sr.^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) – Questiona se fizeram isso com aeronave ou drones?

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal)
– Responde que utilizaram avião, tendo em vista, não haver tecnologia Lidar que forneça uma nuvem de pontos densos suficiente compatível com um VANT de pequeno e médio porte.

A Sr.^a. ELIZABETH IVETE SHERILL (MCTI) – Informa que MCTI possui um projeto de avaliação dos efeitos de CO₂. Ressalta que uma das intenções é usar o Lidar, com o propósito científico. Enfatiza a dificuldade de viabilizar os voos. Pergunta se houve acordo de cooperação técnica com o Governo Americano.

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal)
– Informa que não tem como responder pois não estava presente quando o dado foi disponibilizado.

O SR. MARCUS VINICIUS Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Afirma que há uma parceria com o Serviço Florestal Americano com o Serviço Florestal Brasileiro. Ressalta que é mais uma iniciativa da parceria com Serviço Florestal Americano.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas) – Parabeniza a apresentação. Ressalta a importância do uso da tecnologia. Ressalta ainda, que para uma exploração mais responsável, quanto mais quantificar e adaptar as normas para a realidade local melhor. Enfatiza que com noções precisas dos dados (taxas de crescimento, de recuperação de dossel, da percentagem de impacto) passa-se de um manejo com base em normas altamente precaucionárias, para o manejo adaptativo, em que se estabelece metas de monitoramento e também de conservação contínuas. Ressalta que as três tecnologias apresentadas são rigorosamente complementares. Explica que o Lidar (sensor de trinta metros) tem várias vantagens além de possuir custo de processamento baixo. Fala que o LiDAR tem a vantagem de ser sensor ativo. Entende que com uma equação de custos razoável, de certa forma há o beneficiamento de investimentos que estão sendo feitos também para outras finalidades, onde parte desses custos de LiDAR são relevantes também para a conservação da biodiversidade, serviços de ecossistemas e outras agendas que podem, inclusive, contribuir para esse custeio. Parabeniza novamente.

O SR. MARCUS VINICIUS Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Agradece o senhor Roberto e passa a palavra para o senhor Carlos.

O SR. CARLOS ANSARAH (INCRA) – Ressalta a importância da tecnologia no monitoramento e planejamento da atividade. Pergunta sobre a questão do custo e sobre o limiar de vinte e cinco metros apresentado no slide que trata do dossel da flona Jamari.

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal) – Afirma que o custo ainda está alto no Brasil. Informa que as contratações variam muito no Brasil, dependendo da área que você vai sobrevoar, o custo é alto. Ressalta que no Estados Unidos são quatro dólares por hectares. Informa que a expectativa dos pesquisadores que trabalham com tecnologia é de que esse custo caía bastante no futuro. Relata como chegaram ao limiar de vinte e cinco metros. Explica como não computar duas vezes o impacto do dossel. Enfatiza a dificuldade de se trabalhar com a comparação de uma área com outra que não ela mesma.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas) – Entende que se parte da premissa que a atividade madeireira será sobre o extrato emergente, onde o Dossel é externo. Entende, como ecólogo e não como florestal, que deve-se ter um conhecimento do tipo de espécie e altura média da espécie que se está coletando.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Ambiental) – Parabeniza a iniciativa do desenvolvimento tecnológico de monitoramento e exploração. Questiona sobre a ordem de custo: é viável utilizar essa tecnologia como sendo a tecnologia de monitoramento das concessões? Ressalta que a abordagem do senhor Roberto interessante, pois é importante combinar diferentes tecnologias. Pergunta, também se estão prevendo utilizar essa complementaridade entre mais de uma tecnologia, ou se Lidar é a tecnologia a ser utilizada. Questiona se aquela tecnologia de degradação florestal é para madeira.

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal) – Responde que o LiDAR não é a única tecnologia. Informa que também existe o radar aerotransportado. Fala que é necessária uma tecnologia muito precisa. Informa que há pelo menos três linhas de frente: VANT, radar e Lidar para trabalhar. Fala que há parceira com INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para visualização regional da floresta. Com a parceria foi desenvolvido uma metodologia de detecção de exploração seletiva chamada DETEX. Explica a metodologia e informa que mesmo sendo difícil visualizar o impacto causado é possível visualizar a mancha dentro de um Plano de Manejo autorizado, fora de um Plano de Manejo autorizado, dentro de um período de um Plano de Manejo vigente, ou fora de um período de um Plano de Manejo vigente.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Ambiental) – Pergunta sobre o custo, a questão da escala para isso, e a viabilidade do Lidar.

O SR. CHARTON (Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento e Auditoria Florestal) – Responde que com o custo atual não é viável passar o LiDAR em toda Unidade Manejo Florestal, mas com o custo parecido com o mercado americano, sim. Informa que a fase atual é de teste e que é aceitável encarar a realidade dos padrões dos preços visando obter resposta para se ter segurança para definir uma metodologia.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Complementa em relação aos custos, informando que é uma tecnologia cuja aplicação está se tornando cada vez mais frequente para vários tipos de aplicações. Informa que a expectativa é de ter

a tecnologia como a principal ferramenta para as questões de avaliação contratual, pelo grau de precisão que ela carrega. Entende que os custos devem diluir com o tempo. Informa que a busca por oportunidades e tecnologias disponíveis para tornar trabalho cada vez mais eficiente é constante, tendo em vista, que a tecnologia bem aplicada, reduz a própria necessidade do Serviço Florestal de ter pessoal em campo periodicamente, o que também gera elevados custos.

O SR. RICARDO TAMANHO (CNI) – Parabeniza o Serviço Florestal pelas iniciativas. Relata que é primeira vez que vê uma tecnologia, com uma ferramenta que terá precisão de monitoramento pós exploratório. Fala que trabalhar com as duas tecnologias dá mais credibilidade. Fala que o caminho da transparência de monitoramento dos danos, realizando uma auditoria independente também na indústria da cadeia de custódia, associado a marcação eletrônica, minimiza as questões de fraude no sistema de cadeia de custódia, que é o principal problema para quem está querendo operar certificado, querendo operar dentro de concessão. Parabeniza mais uma vez a apresentação.

O SR. MURILO MACHADO (MDIC) – Fala que o Secretário Roberto comentou que com os dados poderá ser revisto alguns parâmetros que atualmente está até no PAOF. Entende que são trinta anos para retorno a uma mesma área, depois de explorada. Informa que foi apresentado que o índice de regeneração em dois anos, mostrou-se bem rápido. Enfatiza que pode não ser para logo, mas que futuramente poderá baratear toda cadeia de produção.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas) – Informa que a produtividade varia localmente. Ressalta que se houver condições de medir localmente taxas de crescimento e de recuperação não há porque não validar as práticas que sejam consistentes com a situação prática.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Encerra a pauta nos itens específicos. Agradece as apresentações dos senhores Jose Humberto e Charton. Solicita que o senhor Joberto Veloso faça um breve informe sobre o Inventário Florestal Nacional.

1º INFORME: Inventário Florestal Nacional

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Serviço Florestal Brasileiro) – Informe sobre o Inventário Florestal Nacional.

2º INFORME: Concessões florestais federais.

O SR. LUIZ CÉSAR LIMA (Serviço Florestal Brasileiro) – Informe sobre as concessões florestais federais.

3º INFORME: II Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (Serviço Florestal Brasileiro) - Informe sobre II Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Pergunta se existe previsão para as próximas etapas de habilitação no processo de Altamira que foi citado pelo Luiz Cesar. Cita que anteriormente foi comentado sobre a proposta de Minuta de Manejo Florestal. Solicita mais informações sobre a proposta e entende o tema poderia ser abordado na CGFLOP, tendo em vista que contempla as concessões florestais.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Pedes para o Luiz Cesar responder sobre o tema Altamira. Sobre a norma do Manejo Florestal informa que não é do Serviço Florestal Brasileiro, mas que o SFB apenas apoia a iniciativa do MMA. Pergunta se o senhor Derick Martins está falando do Incra.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Responde que não e questiona sobre o acompanhamento da implementação do código, que foi apresentado pelo senhor Raimundo Deusdará e pela senhora Elisângela do Serviço Florestal em outra reunião ocorrida no SFB.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que por não estar presente na citada reunião preferia não se manifestar.

O SR. DERICK MARTINS (CNI) – Ressalta que é importante o que foi comentado, inclusive sobre as concessões florestais. E entende que intenção é que o tema seja colocado.

O SR. MARCUS VINICIUS (Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro) – Responde que verificará sobre o tema e dará retorno. Agradece a presença dos participantes e enfatiza a importância da presença de todos na reunião.

O SR. LUIZ CÉSAR LIMA (Serviço Florestal Brasileiro) – Informa que a Comissão de Licitação de Altamira não possui um prazo, não determina o prazo antecipadamente. Enfatiza que o trabalho é feito para que o resultado seja proclamado o mais brevemente possível, sempre respeitando todos os procedimentos formais garantidos pela legislação.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (Secretário de Biodiversidade e Florestas) – Faz um encerramento formal agradecendo a presença, parabenizando os apresentadores, e enfatiza a excelente qualidade do debate.